



Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

DSRN - Direção de Serviços da Região Norte

Ata número Um

“Procedimento concursal comum restrito de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) destinado a Técnicos Superiores – Serviço Social”

----- Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, reuniu pelas dez horas e trinta minutos, na escola sede do Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real, sob a presidência de Margarida Maria Gomes Teixeira, o júri do procedimento concursal comum restrito de recrutamento para a ocupação de um posto de trabalho, identificados como de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de Técnico Superior (Serviço Social), conforme Despacho Interno N.º 2 da Diretora do Agrupamento de 08-01-2020, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo Despacho N.º 9348/2019, proferido em 10-10-2019, publicado em 16-10-2019 no Diário da República, 2.ª série n.º 199 da Diretora-Geral da Administração Escolar. Além da presidente do júri estiveram presentes os vogais Ana Isabel da Costa Carvalho Madureira e Teresa Alves Ribeiro Vilela e cujos elementos do júri foram nomeados pela Diretora do Agrupamento. -----

----- Deliberou o júri, por unanimidade, proceder à discussão da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: leitura e análise dos procedimentos a ter conta com base no documento “minuta” na página da Direção Geral da Administração Escolar – plataforma SIGRHE, nomeadamente da legislação aplicável. -----

Ponto dois: definição do método de seleção a aplicar, fixação dos parâmetros de avaliação e respetiva ponderação, grelha classificativa e valoração final do método de seleção; -----

Ponto três: definição de critérios, não configurados pela lei, de ordenação preferencial em situações de igualdade de valoração. -----

----- Relativamente ao ponto um da ordem de trabalhos verifica-se que a legislação aplicável considerada é a Lei n.º 112/2017, de 29 de novembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e Código do Procedimento Administrativo, entre outras que ficarão salvaguardadas no aviso de abertura do concurso. -----

----- Quanto ao ponto dois a classificação final do método de seleção a aplicar, a Avaliação Curricular (AC), será obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar, de acordo com a seguinte fórmula: $AC = (HA + EP + FP) / 3$, sendo:

- a) HA a habilitação académica, com a seguinte valoração:
 - I. Doutoramento – 20 valores;
 - II. Licenciatura ou Mestrado – 19 valores.
- b) EP a experiência profissional no exercício das funções inerentes à carreira e categoria de técnico superior, nomeadamente como Técnico de Serviço Social da educação em estabelecimentos de ensino Pré-Escolar/Básico/Secundário/Profissional, com a seguinte valoração:
 - I. Mais de 250 dias de tempo de serviço – 20 valores;
 - II. Entre 100 e 249 dias de tempo de serviço – 15 valores;
 - III. Entre 100 e 249 dias de tempo de serviço – 10 valores;
 - IV. Sem experiência – 0 valores.
- c) FP a formação profissional relacionada com as exigências e as competências necessárias ao exercício das funções como Técnico de Serviço Social da educação em estabelecimentos de ensino Pré-Escolar/Básico/Secundário/Profissional, com a seguinte valoração:
 - I. Superior a 150 horas – 20 valores;
 - II. Entre 101 e 150 horas de formação – 17 valores;
 - III. Entre 51 e 100 horas de formação – 14 valores;
 - IV. Até 50 horas de formação – 10 valores;
 - V. Sem formação – 0 valores.

Quando o número de horas não se enquadrar nos intervalos de referência apresentados, o arredondamento far-se-á por excesso.



Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

DSRN - Direção de Serviços da Região Norte

----- O júri deliberou não considerar a “Avaliação de Desempenho” na avaliação curricular em virtude dos contratos assinados durante os anos de serviço dos técnicos em questão serem contratos que muito embora em funções públicas, são sempre contratos a termo resolutivo certo. -----

----- A ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas, em resultado da classificação quantitativa obtida no método de seleção. -----

----- Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, em caso de igualdade de valoração, os critérios de ordenação preferencial a adotar serão os constantes do artigo 27.º da Portaria n.º 125-A/2119, de 30 de abril. Se, ainda assim, se observar uma igualdade de valoração, o júri decidiu que a ordenação dos candidatos é efetuada, de forma decrescente e sucessiva, segundo os seguintes critérios:-----

- Maior número de dias prestados no exercício de funções inerentes a um técnico de serviço social no Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real;-----
- Maior idade.-----

GRELHA AVALIATIVA

Nome	Habilitações Literárias	Experiência profissional	Formação profissional	Classificação final	Observações

Todas as decisões do júri foram tomadas por unanimidade.

----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião que será assinada por todos os intervenientes. -----

O presidente do Júri: Jorge da Silva Gomes Teixeira

O 1.º vogal efetivo: Ana Isabel de Fátima Carvalho Pedernês

O 2.º vogal efetivo: Verónica Alves Ribeiro Silveira



Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

DSRN - Direção de Serviços da Região Norte

Ata número Um

“Procedimento concursal comum restrito de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) destinado a Técnicos Superiores – Psicologia”

----- Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, reuniu pelas dez horas e trinta minutos, na escola sede do Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real, sob a presidência de Margarida Maria Gomes Teixeira, o júri do procedimento concursal comum restrito de recrutamento para a ocupação de um posto de trabalho, identificados como de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de Técnico Superior (Psicologia), conforme Despacho Interno N.º 2 da Diretora do Agrupamento de 08-01-2020, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo Despacho N.º 9348/2019, proferido em 10-10-2019, publicado em 16-10-2019 no Diário da República, 2.ª série n.º 199 da Diretora-Geral da Administração Escolar. Além da presidente do júri estiveram presentes os vogais Ana Isabel da Costa Carvalho Madureira e Teresa Alves Ribeiro Vilela e cujos elementos do júri foram nomeados pela Diretora do Agrupamento. -----

----- Deliberou o júri, por unanimidade, proceder à discussão da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: leitura e análise dos procedimentos a ter conta com base no documento “minuta” na página da Direção Geral da Administração Escolar – plataforma SIGRHE, nomeadamente da legislação aplicável. -----

Ponto dois: definição do método de seleção a aplicar, fixação dos parâmetros de avaliação e respetiva ponderação, grelha classificativa e valoração final do método de seleção; -----

Ponto três: definição de critérios, não configurados pela lei, de ordenação preferencial em situações de igualdade de valoração. -----

----- Relativamente ao ponto um da ordem de trabalhos verifica-se que a legislação aplicável considerada é a Lei n.º 112/2017, de 29 de novembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e Código do Procedimento Administrativo, entre outras que ficarão salvaguardadas no aviso de abertura do concurso. -----

----- Quanto ao ponto dois a classificação final do método de seleção a aplicar, a Avaliação Curricular (AC), será obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar, de acordo com a seguinte fórmula: $AC = (HA + EP + FP) / 3$, sendo:

- a) HA a habilitação académica, com a seguinte valoração:
 - I. Doutoramento – 20 valores;
 - II. Licenciatura ou Mestrado – 19 valores.
- b) EP a experiência profissional no exercício das funções inerentes à carreira e categoria de técnico superior, nomeadamente como psicólogo da educação em estabelecimentos de ensino Pré-Escolar/Básico/Secundário/Profissional, com a seguinte valoração:
 - I. Mais de 250 dias de tempo de serviço – 20 valores;
 - II. Entre 100 e 249 dias de tempo de serviço – 15 valores;
 - III. Entre 100 e 249 dias de tempo de serviço – 10 valores;
 - IV. Sem experiência – 0 valores.
- c) FP a formação profissional relacionada com as exigências e as competências necessárias ao exercício das funções como psicólogo da educação em estabelecimentos de ensino Pré-Escolar/Básico/Secundário/Profissional, com a seguinte valoração:
 - I. Superior a 150 horas – 20 valores;
 - II. Entre 101 e 150 horas de formação – 17 valores;
 - III. Entre 51 e 100 horas de formação – 14 valores;
 - IV. Até 50 horas de formação – 10 valores;
 - V. Sem formação – 0 valores.

Quando o número de horas não se enquadrar nos intervalos de referência apresentados, o arredondamento far-se-á por excesso.



Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

DSRN - Direção de Serviços da Região Norte

----- O júri deliberou não considerar a “Avaliação de Desempenho” na avaliação curricular em virtude dos contratos assinados durante os anos de serviço dos técnicos em questão serem contratos que muito embora em funções públicas, são sempre contratos a termo resolutivo certo. -----

----- A ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas, em resultado da classificação quantitativa obtida no método de seleção. -----

----- Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, em caso de igualdade de valoração, os critérios de ordenação preferencial a adotar serão os constantes do artigo 27.º da Portaria n.º 125-A/2119, de 30 de abril. Se, ainda assim, se observar uma igualdade de valoração, o júri decidiu que a ordenação dos candidatos é efetuada, de forma decrescente e sucessiva, segundo os seguintes critérios:

- Maior número de dias prestados no exercício de funções inerentes a um psicólogo da educação no Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real;
- Maior idade.

GRELHA AVALIATIVA

Nome	Habilitações Literárias	Experiência profissional	Formação profissional	Classificação final	Observações

Todas as decisões do júri foram tomadas por unanimidade.

----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião que será assinada por todos os intervenientes. -----

O presidente do Júri: Jorge de Jesus Gomes Silva

O 1.º vogal efetivo: Ana Isabel Costa Campello Medeiros

O 2.º vogal efetivo: Teófilo Alves Ribeiro Jiló



Agrupamento de Escolas Diogo Cão – Vila Real

“Procedimento concursal comum restrito de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) destinado a Técnicos Superiores – Serviço Social”

ATA NÚMERO DOIS

Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, pelas dez horas, sob a presidência da professora Margarida Teixeira, reuniu o júri do procedimento concursal comum restrito de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) destinado a Técnicos Superiores – Serviço Social, na escola sede do Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: apreciação das candidaturas (verificação dos requisitos legais fixados no aviso de abertura e dos documentos essenciais à admissão ou avaliação);

Ponto dois: elaboração das listas dos candidatos admitidos e dos candidatos com intenção de exclusão;

Ponto três: outros assuntos.

O júri procedeu à análise dos documentos rececionados, tendo de seguida procedido à constituição de uma lista ordenada alfabeticamente dos candidatos. Foram objeto de análise cuidada os formulários de candidatura e os documentos entregues pelos candidatos. Concluído o processo, foram elaboradas as listas de candidatos admitidos e de candidatos com intenção de exclusão, em conformidade com os normativos legais.

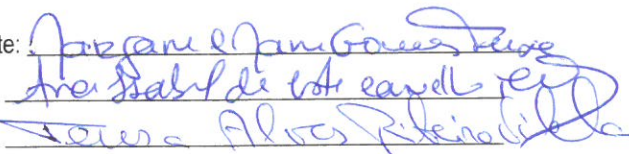
A divulgação das listas anexas a esta ata, serão disponibilizadas na página eletrónica do Agrupamento de Escolas Diogo Cão (<http://www.diogocao.edu.pt/>):

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

O Presidente:

O 1º Vogal:

O 2º Vogal:



LISTA DE CANDIDATOS ADMITIDOS

Nome do candidato
Mónica Sofia Monteiro Teixeira Varejão

O JÚRI

O PRESIDENTE: Jorge Luís Gomes Teixeira

O 1º VOGAL: Ana Isabel Costa Carvalho Adamez

O 2º VOGAL: Isabel Alves Ribeiro Silva

LISTA DE CANDIDATOS – INTENÇÃO DE EXCLUSÃO

Nome do candidato	MOTIVO
Adriana Catarina Pinto Cardoso	a)
Alexandra Soraia Rodrigues Duarte	a)
Ana Carvalhal	a)
Ana Catarina Grácio Sequeira	a)
Ana Cláudia Gonçalves Mendes	a)
Ana Luísa Gonçalves de Sousa	a)
Ângela Catarina Alves Martins Monteiro	a)
Catarina Braz Rua Vasconcelos Lima	a)
Catarina Isabel Miranda Vaz	a)
Cláudia Sofia Freitas Rodrigues	a)
Cristiana Patrícia dos Santos Louzada	a)
Diana Andreia Sarmiento Silva	a)
Diogo Marcelo Oliveira da Silva	a)
Joana Raquel Pinto Rodrigues	a)
Joana Raquel Ribeiro Neto	a)
Manuela Alexandra Fidalgo Fernandes	a)
Mariana dos Santos Marques	a)
Rafaela Alexandra Ferreira de Oliveira	a)
Raquel Maria Cleto Guedes	a)
Rui Jorge Gonçalves Coutinho	a)
Sofia Maria Rodrigues	a)
Vanessa Alexandra Gouveia de Matos Faria	a)
Diana Patrícia Carvalho Almeida	a)
Cláudia Claro Rodrigues	a)
Ana Paula Moura Cardoso	a)
Virgília Piedade Camões	a)

- a) Em conformidade com o ponto 9.1 do aviso de abertura do presente concurso não preenche o requisito: “Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria de técnico superior, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do art. 3.º da lei n.º 112/2017, de 29 de Dezembro”

O JÚRI

O PRESIDENTE:

O 1.º VOGAL:

O 2.º VOGAL:

[Handwritten signatures in blue ink]
 O PRESIDENTE: *[Signature]*
 O 1.º VOGAL: *[Signature]*
 O 2.º VOGAL: *[Signature]*



Agrupamento de Escolas Diogo Cão – Vila Real

“Procedimento concursal comum restrito de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) destinado a Técnicos Superiores – Psicologia”

ATA NÚMERO DOIS

Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, pelas dez horas, sob a presidência da professora Margarida Teixeira, reuniu o júri do procedimento concursal comum restrito de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) destinado a Técnicos Superiores – Psicologia, na escola sede do Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: apreciação das candidaturas (verificação dos requisitos legais fixados no aviso de abertura e dos documentos essenciais à admissão ou avaliação);

Ponto dois: elaboração das listas dos candidatos admitidos e dos candidatos com intenção de exclusão;

Ponto três: outros assuntos.

O júri procedeu à análise dos documentos rececionados, tendo de seguida procedido à constituição de uma lista ordenada alfabeticamente dos candidatos. Foram objeto de análise cuidada os formulários de candidatura e os documentos entregues pelos candidatos. Concluído o processo, foram elaboradas as listas de candidatos admitidos e de candidatos com intenção de exclusão, em conformidade com os normativos legais.

A divulgação das listas anexas a esta ata, serão disponibilizadas na página eletrónica do Agrupamento de Escolas Diogo Cão (<http://www.diogocao.edu.pt/>):

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

O Presidente: Margarida Teixeira
O 1º Vogal: André Sábio Esteves
O 2º Vogal: Teresa Alves Ribeiro

LISTA DE CANDIDATOS ADMITIDOS

Nome do candidato
Maria Helena Dias da Costa

O JÚRI

O PRESIDENTE: Jorge Manuel Gomes Teixeira

O 1º VOGAL: António Luís Esteves Cabral

O 2º VOGAL: João Aires Ribeiro Silva

LISTA DE CANDIDATOS – INTENÇÃO DE EXCLUSÃO

Nome do candidato	MOTIVO
Carlos Alberto Ferreira e Silva	a)
Cristóvão Barroso	a)
Liliana Isabel Perdigão da Costa Martins	a)
Vanessa Alexandra Gouveia de Matos Faria	a)

- a) Em conformidade com o ponto 9.1 do aviso de abertura do presente concurso não preenche o requisito: “Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria de técnico superior, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do art. 3º da lei n.º 112/2017, de 29 de Dezembro”

O JÚRI

O PRESIDENTE:

Janfene Jane Gouveia Teixeira

O 1º VOGAL:

Ana Isabel de Leste Carvalho Medeiros

O 2º VOGAL:

João Alves Ribeiro Vilela